

ABUSO DE PODER

Polícia Federal invade o Correio do Estado por determinação de juíza

Oficiais de Justiça ameaçaram prender jornalista, depois agentes vasculharam computadores e o parque gráfico

MONTEZUMA CRUZ

Agentes da Polícia Federal invadiram o jornal **Correio do Estado**, anteontem à noite, para impedir a distribuição da edição de quinta-feira (30) por determinação da juíza da 36ª Zona Eleitoral, Elisabeth Rosa Baisch, caso estivesse programada a publicação de pesquisa de intenções de voto.

Três oficiais de Justiça chegaram à sede do jornal, na Avenida Calógeras nº 356, às 19h40min, fora do expediente. A referida pesquisa não seria publicada por ser inexistente. A amostragem ficou pronta somente ontem.

Com duas medidas liminares concedidas pela juíza, eles obrigaram o editor-executivo do jornal, Ico Victório, a assiná-las sob coação. As medidas proibiam a divulgação de pesquisa do Ipems de intenções de voto para prefeito de Campo Grande. A juíza Elisabeth Baisch acolheu pedido nesse sentido, assinado pelos candidatos Reinaldo Azambuja (Coligação Novo Tempo) e Alcides Bernal (Coligação Força da Gente).

O pedido de suspensão de divulgação assinado pelos candidatos considera que tal pesquisa seria "tendenciosa", "com danos de difícil reparação" e supostamente beneficiaria o candidato Edson Giroto (Coligação Mais Trabalho por Campo Grande). Segundo Bernal e Azambuja, o candidato Giroto "aparece em todas as situações de 2º turno". Isso, conforme os candidatos, deixaria uma mensagem subliminar à população: "a liderança de Giroto nas pesquisas, o que certamente garante sua participação no turno final, caso ocorra".

O editor Ico Victório foi chamado à portaria do jornal, onde um dos oficiais pediu-lhe para assinar as notificações da magistrada. Um deles bateu pé: caso não o fizesse,

corria o risco de receber voz de prisão de policiais federais.

Como o expediente do jornal estava encerrado, o jornalista era o único presente na redação para acompanhar a liberação da primeira página da edição de quinta-feira.

Ico informou aos oficiais de Justiça que os diretores responsáveis pela empresa, Antonio João Hugo Rodrigues, Ester Gameiro e Marcos Rodrigues, permanecem na sede da empresa até às 18h30m, horário de expediente, e por isso solicitaria orientações. "Reforcei a necessidade de voltar ao posto de trabalho imediatamente, pois a primeira página estava em fase de liberação e temos horários pré-estabelecidos", disse. Um dos oficiais, então, ameaçou-lhe, afirmando que a sua "teimosia" dificultava o trabalho da equipe do Poder Judiciário e, se continuasse resistindo, telefonaria para a chefe do Cartório e a juíza eleitoral solicitando forças policiais.

Os argumentos do editor foram insuficientes para demover os oficiais de obrigá-lo a assinar as notificações. Novo telefonema da juíza aos oficiais determinou que o jornalista mostrasse as "matrizes" (?) das páginas que seriam publicadas. "Só tínhamos situação semelhante no período ditatorial. Empenhamos a nossa palavra e numa situação dessas seria conveniente a doutora observar o direito do cidadão", ponderou Victório.

Ele alegou ainda não ter procuração legal para assinar documentos em nome da empresa. "Com a negativa, ameaçaram-me prender em minutos, dizendo que seria melhor para mim e para empresa assinar tais documentos, para tudo acabar bem", afirmou. Novamente, confirmou a inexistência da publicação da pesquisa e telefonou aos diretores da empresa, dos quais recebeu a recomendação para não assinar. Um dos

oficiais telefonou para a juíza, informando-lhe da situação, ao que ela insistiu: "Se ele não assinar, infelizmente está sujeito à detenção".

AMEAÇA DE PRISÃO

Irredutível, a juíza Elisabeth Baisch decretou: "Se ele não quer mesmo assinar, vou pedir à PF para ir ao jornal certificar-se da verdade". Entre idas e vindas, os oficiais finalmente foram atendidos: constrangido, Ico quis escrever um termo no qual denunciava a assinatura sob coação, mas foi impedido. Assinou as notificações por volta das 20h. Retornando à redação, concluiu o acompanhamento da liberação da primeira página de quinta-feira. "Pensei que tudo estivesse resolvido, mas não foi isso o que aconteceu", lamentou o editor.

Segundo Ico, depois de estar em sua residência, recebeu ligação do funcionário Valdenor Vieira Magalhães, informando ter sido surpreendido com agentes federais obrigando-o a mostrar todas as páginas do jornal nos computadores e deles ouvido que iriam também à gráfica "para constatar de fato o publicado".

Os oficiais queriam saber, também, do conteúdo do portal de notícias do jornal na internet. Quarenta minutos depois de os oficiais devassarem originais das páginas nos computadores do terceiro andar da sede do jornal, a juíza determinou ainda à Polícia Federal que fosse à gráfica para verificar a impressão. Cumprindo ordens, os agentes invadiram o prédio, na Rua João Pedro de Souza, e dali não saíram até a impressão dos primeiros exemplares da edição de ontem, às 22h25min. Inclusive levaram alguns para a juíza.

"Estamos com um mandado da juíza eleitoral e temos ordens para ver as matrizes (?)", disse um dos agentes da PF, que desembarcou de uma

Mitsubishi preta, juntamente com outro agente e um oficial da Justiça Eleitoral. No entanto, ele não apresentou qualquer documento para invadir o jornal. "Ao todo eles viram 18 páginas do jornal de hoje (ontem)", disse Valdenor.